

Um manifesto pela libertação do corpo feminino: *Meu corpo ainda quente* (2020) de Sheyla Smanioto

A manifesto for the liberation of the female body: Meu corpo ainda quente (2020)
by Sheyla Smanioto

Stefani Andersson KLUMB*

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Cleiser Schenatto LANGARO**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar como produções literárias de autoria feminina configuram-se em um importante espaço de resistência e ressignificação de suas vivências, convertendo a escrita em um ato político. A obra selecionada como *corpus* para análise foi o romance *Meu corpo ainda quente* (2020), da escritora Sheyla Smanioto, que se configura em torno de uma sociedade distópica onde as mulheres não são donas do próprio corpo. Na perspectiva de alcançar o objetivo proposto, sustentamos a pesquisa nas reflexões realizadas por Rita Terezinha Schmidt (2017), Hélène Cixous (2022), Lúcia Osana Zolin (2021) e Regina Dalcastagnè (2002; 2007; 2012). Os resultados apontam para a relevância social da produção literária feminina, pois, como importante ferramenta de intervenção crítica na sociedade, contribui para o processo de emancipação do corpo feminino, além de possibilitar a apropriação da própria história e compartilhar a experiência de ser mulher no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Autoria feminina. Representação do corpo feminino. Violência.

ABSTRACT: This research aims to analyze how literary productions by female authors constitute an important space of resistance and resignification of their experiences, converting writing into a political act. The work selected as corpus for analysis was the novel *Meu corpo ainda quente* (2020), by Sheyla Smanioto, which is configured around a dystopian society where women do not own their own bodies. In order to achieve the proposed objective, we support the research in the reflections made by Rita Terezinha Schmidt (2017), Hélène Cixous (2022), Lúcia Osana Zolin (2021) e Regina Dalcastagnè (2002; 2007; 2012). The results point

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sendo bolsista pelo Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES/DS). Graduada em Letras — Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras pela mesma instituição. E-mail: stefani.klumb@hotmail.com

** Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras – área de concentração em Linguagem e Sociedade da UNIOESTE – Campus de Cascavel. Docente do Curso de Letras e do Programa de Mestrado e Doutorado Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: cleiserschenatto@hotmail.com

to the social relevance of female literary productions, because, as an important tool for critical intervention in society, contributes to the process of emancipation of female body, in addition to enabling to appropriation of one's own history and share the experience of being a woman in the world.

KEYWORDS: Female authorship. Representation of the female body. Violence.

Introdução

Sheyla Smanioto nasceu em 1990, na cidade de Diadema, São Paulo. Graduada em Estudos Literários pela UNICAMP e mestre em Teorias Literárias pela mesma universidade, a escritora pesquisa e vive a relação entre a criação e o corpo, experimentando a escrita como manifesto em um projeto literário que busca relacionar a literatura com questões políticas contemporâneas, especialmente as feministas. Somos apresentados a produções literárias que devem ser lidas com o corpo inteiro e que objetivam provocar reações físicas em seus leitores, agredindo quem está lendo através de temáticas que desnudam as variadas manifestações de violência que fazem parte de nossa sociedade. Suas narrativas se destacam pela crueldade, manifestada através das variadas formas de violência que se engendram ao longo de seus romances, assim como pela desordem e/ou deformação, presente tanto na construção lexical quanto na complexa rede temporal de suas narrativas.

Smanioto tornou-se reconhecida pela crítica literária com seu romance de estréia, *Desesterro* (2015), com o qual recebeu diversos prêmios literários nacionais — venceu o *Prêmio Sesc de Literatura* no ano de 2015 e, em 2016, ficou em terceiro lugar no *Prêmio Jabuti*, além de lograr o *Prêmio Machado de Assis* (BN) e ser finalista do *Prêmio São Paulo de Literatura* — e internacionais, sendo contemplado com o *PEN Translates Award*, premiação concedida à tradução para a língua inglesa, que foi realizada por Sophie Lewis e Laura Garmeson, com o título “*Inexile*”. É válido destacar que a autora foi apontada, no ano de 2017, pela revista *Forbes Under 30*, como um dos jovens com menos de trinta anos que fazem a diferença no Brasil.

Também constam entre as produções de Smanioto o livro de poemas *Dentro e Folha* (2012), com o qual recebeu o 1º *Prêmio Estante Literária*; um curta-documentário intitulado *Ossos da fala* (2013), vencedor do *Rumos Itaú Cultural Cinema e Vídeo*; as peças *Salto para* (2014) e *No ponto cego* (2014), esta última vencedora do

IV Concurso Jovens Dramaturgos; além de contos diversos. Em 2020, a autora lançou o romance, intitulado *Meu corpo ainda quente*, finalista do *Prêmio São Paulo de Literatura*, o qual integra a tetralogia iniciada com *Desesterro*, onde retrata a saga de mulheres sem corpos através de romances míticos sobre ser mulher no Brasil. Seu terceiro romance, ainda em processo, foi contemplado pelo Rumos Itaú Cultural 2018 e vai integrar a tetralogia iniciada com seu romance de estreia.

Para desenvolver a presente pesquisa, selecionamos como objeto de análise o romance *Meu corpo ainda quente* (2020), um conto de fadas distópico e também um manifesto poético-feminista com o qual a autora segue percorrendo a relação entre literatura e corpo, problematizando questões políticas que envolvem o acúmulo de violência contra o corpo feminino e o controle compulsório exercido sobre o mesmo por uma estrutura dominante e conservadora, estritamente ligada à manutenção da dinâmica política e social. Ambientado na cidade fictícia de Vermelha, o romance tem como figura central João (Jô), uma menina que recebeu da mãe um nome masculino para protegê-la dos perigos que assolam o corpo feminino em nossa sociedade, quem sempre lhe ensinou que o corpo da mulher não lhe pertence, é território de perigo e de posse masculina. Após a morte da matriarca, a menina foge e sai em uma jornada pela retomada de seu próprio corpo.

Em uma entrevista concedida, no ano de 2021, para o *Jornal do Brasil*, a autora relata: “Com a escrita, virei minha vida do avesso, voltei, renasci. E voltei com sede de inventar um novo corpo, não com a faca, sangue e frankenstein. Com palavras. Um novo corpo a partir de uma nova história sobre o corpo”. Partindo dessa assertiva, a presente pesquisa objetiva analisar como produções literárias de autoria feminina reivindicam o direito de representarem a si mesmas na literatura, convertendo o processo de escrita em uma ferramenta de resistência e de expansão da experiência de ser mulher no mundo, transfigurando-o em um ato político. A construção desta análise se dá pela aproximação entre as reflexões de Rita Terezinha Schmidt (2017), Hélène Cixous (2022), Lúcia Osana Zolin (2021) e Regina Dalcastagnè (2002; 2007; 2012).

1 O conto de fadas distópico smaniotiano

O romance *Meu corpo ainda quente* (2020), desenvolve-se a partir da cidade fictícia de Vermelha, que funciona como local de desova da ditadura militar e foi inspirada na cidade de Diadema, São Paulo, realizando uma aproximação entre realidade e ficção. Durante toda a narrativa, o espaço físico da obra é frequentemente demarcado com referências que podem ser identificadas pelos leitores como uma alusão à ditadura militar que aconteceu no Brasil entre os anos de 1964 até 1985. As personagens constantemente testemunham sobre os diversos corpos sem almas que são encontrados jogados e abandonados pelas ruas e pelos córregos de Vermelha — “no córrego, atrás de casa, muita gente vinha de longe, enroscava, vazia, brigava com as plantas pra passar” (Smanioto, 2020, p. 12) —, descrições que contribuem para dar visibilidade aos desaparecidos políticos cujos corpos jamais foram encontrados, além de desenvolver uma crítica às ações humanas através de uma narrativa ficcional.

O romance também é definido na contracapa como um conto de fadas distópico. O gênero literário da distopia tem como principal característica evidenciar e/ou denunciar as possíveis consequências que os problemas sociais do presente podem acarretar no futuro através da projeção exagerada de um mundo degradado. No caso do segundo romance publicado por Smanioto, este realiza uma crítica aos abusos dos direitos humanos que ocorreram no período ditatorial, centrando-se, particularmente, na opressão das mulheres sob este regime, além de evidenciar os resquícios e consequências desse momento histórico no presente e, quiçá, no futuro. Desse modo, a autora evidencia uma política de Estado extremamente misógina que delimita as ações das mulheres da narrativa e ressalta os padrões sociais, culturais e políticos patriarcais que se estabeleceram em nossa sociedade, expondo um sistema sócio-histórico que produz um campo de relações assimétricas, onde as mulheres são condicionadas a uma posição hierarquicamente inferior.

É válido ressaltar que as produções literárias de Sheyla Smanioto possuem como principal característica a capacidade de explorar a violência de gênero que historicamente acomete os corpos femininos em nossa sociedade, transformando suas obras em manifestos poético-feministas que problematizam o acúmulo de manifestações de violência contra o corpo da mulher. Voltando-nos para o objeto de análise da presente pesquisa, a escritora busca chamar a atenção para uma perspectiva de futuro pouco positiva para o corpo feminino, devido à manutenção de uma estrutura misógina,

utilizando o romance distópico como um recurso de emergência, ou seja, um alarme de incêndio que, de acordo com Leomir Cardoso Hilário (2013, p. 207), objetiva “avisar que se as forças opressoras que compõem o presente continuarem vencendo, nosso futuro se direcionará à catástrofe e barbárie”.

É neste contexto distópico, degradado e extremamente violento que vive a narradora-personagem Jô, diminutivo de João, uma garota que recebeu um nome masculino da mãe, pois esta última acreditava que assim esconderia o corpo de mulher da filha e todas as consequências que sua condição biológica lhe suscita. A protagonista vive sozinha com sua Mãe, Antônia, que lhe ensinou que mulher nenhuma é dona do próprio corpo, convicção reforçada pelo Estado e pelos homens da narrativa, que eliminam toda e qualquer subjetividade dos corpos femininos. Quando Jô está entrando na puberdade, fase em que o corpo começa a se desenvolver e não é mais possível esconder-se atrás de um nome masculino, o patriarca, identificado apenas como Pai, retorna e, junto com ele, variadas manifestações de violência contra as mulheres da família. Também fazem parte da narrativa a personagem Hilda, amiga da família que acaba falecendo após ser torturada pelos militares, e Fran, futuro companheiro de Jô, e cujo pai é um desaparecido político.

O livro é dividido em dois momentos, a história narrada pela protagonista Jô, e um conto de fadas apresentado entre cada um dos dez capítulos que compõem o romance, a saber: Chá de quintal; Corpo desaparecido no meio da rua; Os nomes que os homens dão pro meu prazer; Debaixo de outro Corpo; Cartas de amor pra homens violentos; Coração partido em um; Mulher do fim; A menina que foi morar em um canto do próprio Corpo; Mais uma carta de amor; Mulheres possuídas. Os capítulos se desenvolvem através de um discurso fragmentado e não linear, apresentando os acontecimentos da vida das personagens de forma intermitente, o que, conseqüentemente, resulta em um ir e vir da narração que coage o leitor a relacionar as informações já dadas e reorganizar sua compreensão com as informações apresentadas posteriormente, além de possuir um final em aberto.

Através de um romance distópico, cujas personagens não possuem o próprio corpo e precisam escolher entre aprender a viver em um corpo emprestado ou sair em uma jornada para tomar o próprio corpo para si, Sheyla Smanioto representa, de maneira simbólica, a retomada da palavra pelas mulheres. Esta relação contribui para

dar visibilidade à histórica luta de autoras femininas, que reivindicam o direito de representarem a si mesmas em suas próprias produções literárias, com o intuito de afirmarem-se concretamente como sujeitos de sua própria história, ou seja, tomar o próprio corpo para si. Desse modo, a literatura smaniotiana, assim como as demais produções de autoria feminina, configura-se como um “importante instrumento de resistência à opressão secular da mulher que, embora já bastante contestada, ainda persiste escamoteada por entre práticas e discursos naturalizados na nossa cultura” (Zolin, 2021, p. 296).

2 Uma busca pelo próprio corpo: a escrita sobre si

Ao realizar reflexões sobre a relação entre a mulher e a literatura, Rita Terezinha Schmidt (2017, p. 54) afirma que, tradicionalmente, o domínio da criação foi considerado uma prerrogativa masculina, fato que, conseqüentemente, contribuiu para a perpetuação da marginalização e subordinação da mulher nas esferas intelectuais e artísticas, reproduzindo uma relação de poder que assegura a invisibilidade do feminino no meio literário. Desse modo, por não estarem dispostos a perder este espaço privilegiado de expressão, manifestações culturais das minorias — e aqui estão incluídas produções literárias femininas — são ignoradas e/ou relegadas a um nível inferior, sendo “submetidas a critérios de valoração e padrões estéticos elaborados por grupos com interesses explícitos em legitimar a ordem social dominante e seus valores” (Schmidt, 2017, p. 53), evidenciando a cumplicidade existente entre a tradição literária e a ideologia patriarcal.

Assim, através da negação do direito de fala àqueles que não preenchem determinados requisitos sociais, ou seja, grupos marginalizados cuja identidade coletiva não recebe uma valoração positiva da cultura dominante, outras vozes, legitimadas socialmente, buscam falar em nome deles (Dalcastagnè, 2010). A pesquisadora chama a atenção para o problema envolto na representatividade, pois entra em questão a diversidade de percepções do mundo. Isto quer dizer que, ao impossibilitar que sujeitos subalternos tenham acesso ao fazer literário, perde-se a diversidade que suas perspectivas sociais forneceriam, pois, por estarem diferentemente posicionados na

sociedade, possuem experiências diversas e, conseqüentemente, se expressam de diferentes maneiras (Dalcastagnè, 2010).

Voltando-nos para as produções literárias femininas, concordamos com Regina Dalcastagnè (2010) que afirma que autoras mulheres compõe uma representação feminina mais plural e detalhada, abordando, em suas obras, temáticas que podem passar despercebidas por autores homens, além de problematizar questões que costumam estar marcadas por estereótipos de gênero. Assim, a perspectiva social feminina contribui para enriquecer a obra, pois alcança discussões e reflexões sobre a violência contra o corpo feminino e a condição das mulheres em nossa sociedade, por exemplo, que, historicamente, foram silenciadas. Nesta perspectiva, em *Meu corpo ainda quente* (2020), assim como em suas demais produções literárias, Sheyla Smanioto nos apresenta os dramas, as opressões e as violências que assolam a vida das personagens femininas da obra, com o intuito de problematizar a naturalização de estruturas de dominação.

Dentre as formas de violência perpetradas contra o corpo feminino no segundo romance de Sheyla Smanioto, destaca-se, inicialmente, a violência doméstica, modalidade da violência de gênero que deriva de uma organização que privilegia o masculino, além de possuir características específicas, como a rotinização, que contribui tanto para a codependência quanto para o estabelecimento de relações fixadas, constituindo-se em verdadeiras prisões (Saffioti, 2011, p. 85). Esta variante da violência é uma herança familiar que assolou todas as mulheres da família de Jô.

Era do amor que eu tinha medo. E o amor é antigo. Veio nesses ouvidos, nos joelhos que a Vó abraçava todos os dias quando era amarrada pra não fugir de casa enquanto o amor ia trabalhar. Veio no peso desses olhos, no sono leve, era o mesmo amor, o mesmo que queimou o rosto da Bisavó quando ela ouvia uma radionovela sobre outro amor. Era o mesmo amor. Herdado. Amaldiçoando gerações, apertando as canelas, ardendo no rosto, fechando os olhos. O mesmo amor que apunhalava pelas costas quando não tinha o que queria. Que arrastava a Mãe pelo chão, a Mãe que continuava cantando baixinho. A bênção e a maldição de cada uma das mulheres da família (Smanioto, 2020, p. 47).

Ao expor o histórico de violência que atingiu todas as gerações de sua família, a protagonista confessa o sentimento de medo que internalizou, sentindo-se incapaz de constituir um relacionamento com outra pessoa, pois, durante toda a sua vida, somente testemunhou relações abusivas e extremamente violentas. Este sentimento surge, com mais força, após a morte de Antônia. Jô encontrou cartas escondidas em uma gaveta e,

através delas, descobre que, no início do relacionamento, sua Mãe e seu Pai trocavam cartas de amor. A personagem questiona: “porque uma mulher colocaria o próprio coração na boca de uma fera carnívora” (Smaniotto, 2020, p. 57). Esta informação evidencia uma atitude comum observada em relacionamentos abusivos, o fato de que, no começo, o comportamento violento é sutil ou, até mesmo, inexistente. É somente após identificar a dependência afetiva e/ou financeira do companheiro que as manifestações de violência surgem e dá-se início ao ciclo de violências.

Entretanto, não é apenas por ter conhecimento do histórico de violência perpetrado contra os corpos femininos da família que faz com que este sentimento aflore na narradora-personagem. Jô relata que, após seu Pai perceber que ela era, na realidade, uma menina escondida atrás de um nome masculino, este passou a “confundi-la” com a Mãe. Ou seja, a garota passa a ser abusada sexualmente de forma constante pelo patriarca.

Nem sempre ele me encontra quando procura você no escuro, mas naquele dia sim e minha Alma desencanaixa faz ploc vai parar no chão feito garrafa de vidro vazia rolando, eu fico tentando encaixar de novo, anos tentando, ainda não consegui (Smaniotto, 2020, p. 56).

A personagem relata o trauma psicológico que o abuso sexual deixou em sua vida e como nunca conseguiu recuperar-se desta violência, mesmo depois de anos. Heleieth Saffioti (2011), ao desenvolver reflexões sobre o abuso sexual incestuoso, afirma que este deixa feridas na alma. A socióloga (Saffioti, 2011, p. 19) ainda reitera que, assim como as feridas do corpo, as feridas da alma também podem ser tratadas, “todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito”. Através de uma obra literária ficcional, Smaniotto, além de evidenciar as diversas consequências que manifestações de violência acarretam na vida das mulheres em nossa sociedade, a autora também denuncia uma realidade social que também é apresentada pelas estatísticas, o fato de que, diferentemente do que é previsto no imaginário social da população, a violência sexual no Brasil é, em 79,6% dos casos, perpetrada por algum conhecido (FBSP, 2022, p. 189).

Outra denúncia realizada pela autora através da associação entre o real e o mágico, valendo-se da narrativa distópica para potencializar suas reflexões (Hilário, 2013), refere-se aos crimes de direitos humanos praticados durante o período do regime

militar que se instaurou no Brasil, a partir de 1964. Como exposto anteriormente, a cidade fictícia de Vermelha é um local de desova, “uma bacia de gente sem nome” (Smanioto, 2020, p. 34) que está constantemente “suja de sangue pra capital parecer limpa” (Smanioto, 2020, p. 53). O personagem Fran é quem representa as diversas famílias brasileiras que foram vítimas dos atos de repressão criados pela ditadura. Ele dedicou sua vida à procura do pai, um desaparecido político cujo corpo tornou-se apenas uma estatística, assim como tantos outros que desapareceram sem deixar rastros. Em sua busca incerta, Fran constantemente questiona se o pai está, de fato, morto ou em alguma cela sendo brutalmente torturado: “eu não sei se meu pai está morto vivo ou qualquer coisa no meio disso” (Smanioto, 2020, p. 100).

Entretanto, um assunto pouco tratado sobre este momento histórico diz respeito à perspectiva de gênero que compreende os processos de violação de direitos humanos praticados pelo Estado. Durante os relatos de Jô sobre os corpos sem almas que encontra, diariamente, jogados pelas ruas de Vermelha, um corpo feminino destaca-se: “já vi muitos homens mortos e todos eles têm o seu próprio tamanho, em pé ou deitados, tamanho de homens, então por que essa mulher morta é tão grande?” (Smanioto, 2020, p. 19). Adrianna Setemy (2020) defende que o impacto da repressão foi diferente para homens e mulheres devido às posições hierárquicas diferentes que cada um ocupa no sistema de gênero. De acordo com a pesquisadora:

No caso das mulheres, mais especificamente, muitas foram vítimas de graves violações de direitos humanos em decorrência de terem “ousado” participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino, ato sem perdão, que na concepção dos militares fez com que essas mulheres deixassem de lado as funções sociais que “deveriam” ocupar “naturalmente” [...]. Pode-se afirmar, então, que essas mulheres sofreram duas formas distintas de punição: por seus atos e por serem mulheres (Setemy, 2020, p. 348).

Nesta perspectiva, devido a esta transgressão que subverte a ordem hierárquica social de gênero historicamente construída e naturalizada em nossa sociedade patriarcal, justifica-se o tamanho dobrado dos corpos das mulheres de Vermelha, pois através dele a autora simboliza a dupla violência que o corpo feminino sofreu durante o período ditatorial. Porém, Setemy (2020, p. 340) ressalta que, mesmo que esta diferença exista, “os relatos de violência de gênero permanecem velados, invisibilizados ou, ainda, relegados, sob caracterizações abrangentes”. Assim, podemos afirmar que Smanioto contribui, através de seu romance distópico, com o rompimento do silenciamento

envolto na dimensão de gênero presente nas violações de direitos humanos durante a ditadura, desenvolvendo uma espécie de reparação simbólica através da representação dessa diferença em sua obra literária.

É válido ressaltar que Antônia também é uma mulher vítima da violência do Estado. Após perceber que a filha estava sendo abusada sexualmente pelo marido, ela decide assassiná-lo, visando proteger a filha de outras manifestações de violência. Contudo, os militares tomam conhecimento do fato e eliminam a Mãe de Jô com oito tiros, enquanto elas estavam escondidas embaixo da cama, evidenciando o controle rígido a que são submetidos os corpos, sobretudo das mulheres, em um regime totalitário. Refletindo sobre a violência histórica que é empreendida contra o corpo feminino, Silvia Federici (2017, p. 203) afirma que, desde a caça às bruxas, período em que o Estado encontrou uma forma de legitimar o assassinato em massa de mulheres, “o preço da resistência era, sempre, o extermínio”, colocando em evidência as normas de uma estrutura patriarcalista cristalizada que contribui para o controle do corpo feminino.

Outro fato observado é que, ao ser facilmente descartada pelo Estado, torna-se possível realizar uma aproximação com as reflexões realizadas por Judith Butler (2020), que afirma que algumas vidas não são dignas de viver e, por esta razão, não são suscetíveis ao luto. De acordo com a filósofa “se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então, da perspectiva da violência, não há negação ou violação dessas vidas, uma vez que elas já foram negadas [...]. Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas” (Butler, 2020, p. 54). Com base nesses apontamentos, percebemos que a vida das mulheres não é merecedora de condolências na sociedade patriarcal, uma vez que, naturalizadas em função da manutenção dessa própria ordem, são forçadas a entregar seus corpos ao grupo dominante que derrama seu sangue por todo seio social. Ou seja, dentre estes corpos precários, distingue-se a questão de gênero, pois, em uma sociedade sexista e misógina, a precariedade da vida é desigualmente distribuída.

No momento da morte da matriarca, com o corpo ensanguentado da Mãe sobre o seu, a narradora-personagem decide ir embora de Vermelha. Jô dá início a uma busca pelo seu próprio corpo, bicho selvagem que sua mãe ensinou a temer desde criança, decidindo enfrentar todos os riscos que o ‘ser mulher’ compreende. Lúcia Zolin (2021, p. 308), ao analisar obras literárias contemporâneas escritas por mulheres, ressalta que

há uma tendência em engendrar imagens de corpos femininos que enfrentam ameaças, que negam serem poupadas dos perigos de viver e que são o avesso da estagnação/resignação. Com esta atitude, a personagem busca tornar-se sujeito de sua própria história, libertando-se de uma estrutura de dominação que consumiu todas as gerações de mulheres da sua família.

Todavia, por mais corajosa que tenha sido a atitude de Jô, ela não consegue curar-se dos traumas de violências que acometeram seu corpo, tampouco se perdoar por ter abandonado o corpo de sua Mãe em Vermelha — “[...] o peso da Mãe eu levo comigo, nos ombros, apertando meus intestinos, eu nunca saí de baixo do peso da Mãe” (Smanioto, 2020, p. 111). Assim, após quatro anos, a protagonista de *Meu corpo ainda quente* realiza uma viagem simbólica de retorno para sua terra natal, representando seu processo de renovação interior.

Você com o Corpo por cima pesando me protegeu dos tiros, de me encontrarem morta, mas não de estar ali sob o seu Corpo, você não me protegeu com o Corpo de estar aqui agora, Mãe, você não se colocou entre mim e esse futuro de saudade e de culpa, o seu Corpo sobre mim não me salvou senão do chumbo, de ser encontrada, da morte. [...] se eu não lutar por esse Corpo não adiantou nada, *você me perdoa, Mãe?* (Smanioto, 2020, p. 93).

Através de uma imersão metafórica no córrego que passava pelos fundos de sua antiga casa na cidade de Vermelha, onde a personagem encontra todas as “coisas e memórias soltas” (Smanioto, 2020, p. 88), Jô reúne-se com sua Mãe e lhe pede perdão. Ao analisar o significado do símbolo da água, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2018, p. 15) afirmam que este se reduz a três temas dominantes: fonte de vida, meio de purificação e centro de regenerescência. Desse modo, ao mergulhar nas águas do córrego, a protagonista regenera-se, cura-se de seus traumas e renasce após uma morte simbólica que lhe faz aceder a um estado novo (Chevalier; Gheerbrant, 2018), livre da sobrecarga que a culpa lhe causava: “[...] eu me levanto e é mais fácil e mais difícil andar sem outro Corpo lhe pesando nos ombros. [...] às vezes eu vou sentir o peso da Mãe e caio pra cima, sem a Culpa que era um chão pro meu Corpo não voar” (Smanioto, 2020, p. 113-114).

Por fim, a personagem realiza um pacto com sua própria loucura para conseguir tomar seu Corpo inteiramente para si:

A Loucura sabia que meu Corpo já não era o mesmo e em todo silêncio eu ainda ouço um batuque e ela ameaça. Eu sei, eu preciso pegar meu Corpo de volta com a boca - pelas Palavras. Eu preciso ninar meus próprios Ossos até a carne acordar. Mas a cada segundo a Loucura me empurra do alto e só na queda me oferece as asas. Ela sussurra os termos do pacto, a única canção capaz de acordar meu Corpo - é por isso que esse bicho diante de mim coça o ouvido, ele coça e a Loucura repete: - Escreva O livro (Smanioto, 2020, p. 104-105).

Novamente retomando as análises de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2018, p. 560), estes salientam que loucos são definidos como aqueles cujo comportamento escapa às normas habituais da sociedade e que “por detrás da palavra loucura se esconde a palavra transcendência”. Partindo desta definição, o pacto com a loucura realizado pela narradora-personagem representa o rompimento com as normas de gênero (Butler, 2020) que, historicamente, oprimiram sua subjetividade, possibilitando-lhe tomar seu corpo para si. Além disso, através de um perspicaz jogo narrativo, a escritora desenvolve uma obra ficcional que dialoga consigo mesma, assim como com tantas outras mulheres que se sentem incapazes de produzir literatura devido à histórica valoração negativa que receberam e cujos padrões estéticos de poder deslegitimam e invisibilizam suas produções literárias (Schmidt, 2017). Ao refletir sobre a prática feminina da escrita, Hélène Cixous (2022) afirma que o ato de escrever sobre si produz uma transformação nas estruturas sociais e culturais, realizando uma ruptura política indispensável na história.

A personagem e, sobretudo, a escritora Sheyla Smanioto, tomam seus próprios corpos para si, rompendo com a tradição masculina de representar e falar da mulher enquanto *continuum* universal. Ainda conforme a crítica literária Cixous (2022), ao escrever sobre si a mulher retorna ao próprio corpo, do qual foi violentamente afastada, contribuindo para a sua transformação individual.

Do mesmo modo, ao retomar a palavra, a mulher inscreve-se na história, que foi constituída com base no seu recalque e, sobretudo, manteve o corpo feminino na obscuridade (Cixous, 2022). Por esta razão, a pesquisadora destaca a relevância da produção literária feminina — que não faz referência apenas ao sexo biológico —, pois é este espaço que possibilita à mulher escrever sobre a mulher e expor sua própria perspectiva: “Escreva! A escrita é para você, você é para você, seu corpo lhe pertence, tome posse dele” (Cixous, 2022, p. 44).

Considerações finais

Regina Dalcastagnè (2012), afirma que a literatura brasileira é um espaço em constante disputa, pois é através dela que ocorre a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, assim como se fazer visível dentro dele. Por isso, dá-se início a um embate entre sujeitos que não estão dispostos a ficar em seu ‘devido lugar’ — leia-se mulheres, negros, pobres, indígenas, dissidentes sexuais, entre outros — e aqueles que desejam manter o espaço que lhes foi historicamente assegurado — ou seja, homens, brancos, de classe média/alta e heterossexuais (Dalcastagnè, 2012, p. 14). Esta “guerra pela libertação” que ocorre através da escrita, utilizando as palavras de Cixous (2022), contribui para que sujeitos subalternos — que na presente análise fazem referência especificamente às mulheres — afirmem-se em um lugar diferente daquele que lhes foi reservado, ou seja, o lugar do silêncio.

Assim, através da análise do romance *Meu corpo ainda quente* (2020), da escritora Sheyla Smanioto, foi possível observar a significativa contribuição da literatura enquanto ferramenta de intervenção crítica na sociedade. Através da representação da opressão historicamente imposta às mulheres, a autora denuncia e desnaturaliza os dramas e as violências que assolam a vida do corpo feminino em nossa sociedade, além de problematizar estruturas hierárquicas e excludentes de dominação. Do mesmo modo, ao tratar sobre a perspectiva de gênero que compreende os processos de violação de direitos humanos praticados pelo Estado durante o regime ditatorial, Smanioto não só resgata a trajetória do corpo feminino na ditadura militar brasileira, como também rompe com o silenciamento envolto nesta temática.

Tendo em vista a histórica opressão das mulheres e sua tradicional representação estereotipada ao longo da história literária, fica evidente a potência política que compreende as produções literárias produzidas por mulheres, pois, além de contribuir para o processo de emancipação do corpo feminino, também possibilita a apropriação da própria história e o compartilhamento da experiência de ser mulher no mundo. Em outras palavras, como pontuado por Gloria Anzaldúa (2000, p. 232), “escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você”. Por fim, podemos afirmar que, ao definir sua obra como um manifesto poético-feminista, Sheyla Smanioto realiza uma denúncia ao sistema

patriarcal e falocêntrico e seus agentes, buscando desestabilizar pressupostos baseados em construções hierárquicas excludentes e opressoras.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Estudos feministas**. v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Lieber. 1ª ed. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virginia (org). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, p. 40-64, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. In: **Iberic@l**, v. 2, p. 13-18, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/22910746-Um-territorio-contestado-literatura-brasileira-contemporanea-e-as-novas-vozes-sociais.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. In: **Anuário de Literatura**, v. 18, n. 2, p. 201-215, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18n2p201>. Acesso em: 17 ago. 2023.

JORNAL DO BRASIL. Dica de leitura para o mês da mulher, ‘Meu corpo ainda quente’ é um manifesto poético-feminista. In: **Jornal do Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.jb.com.br/cadernob/ideias/2021/03/1028728-dica-de-leitura-para-o-mes-da-mulher-meu-corpo-ainda-quente-e-um-manifesto-poetico-feminista.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Graphium, 2ª reimpressão, 2011.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulher e literatura. In:_____.
Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista. Porto Alegre: UFRGS,
1ª ed., 2017.

SETEMY, Adrianna. “Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. In: **Estudos Históricos**, v. 33, n. 70, p. 338-358, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/yqG9ZmyFWjMHqrNjcGVYxSC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SMANIOTO, Sheyla. **Meu corpo ainda quente**. São Paulo: Editora Nós, 2020.

ZOLIN, Lúcia Osana. Um retrato do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. In: **Revista Ártemis**, vol. 31, n. 1, p. 295-321, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56639>. Acesso em: 22 ago. 2023.